



PALÁCIO NACIONAL  
DA PENA SOB A  
PARQUES DE SINTRA -  
MONTE DA LUA, S.A.:  
RECUPERAÇÃO  
MUSEOLÓGICA  
DOS INTERIORES  
DOMÉSTICOS  
ROMÂNTICOS  
*// António Nunes Pereira\**

\*Diretor do Palácio Nacional da Pena desde 2010, do Palácio de Monserrate e do Chalet da Condessa d'Edla a partir de 2015 e dos Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz desde 2019, todos geridos pela Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. Docente do IADE desde 2003. Licenciado em Arquitetura na Faculdade de Arquitetura, Universidade Técnica de Lisboa. Entre 1993 e 2000 foi assistente no Departamento de História da Arquitetura e Proteção de Património, da Universidade Técnica da Renânia-Vestefália de Aachen, Alemanha, onde concluiu em 2003 o doutoramento com a tese *A arquitetura religiosa cristã de Vêlha-Goa na segunda metade do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII: o surgimento de uma tipologia arquitetónica religiosa.*

O artigo tem como tema a remodelação da exposição permanente do Palácio Nacional da Pena desde 2010 numa perspetiva historicamente informada. É descrita a estratégia para esta remodelação, elencando as fases do método para a nova abordagem: delimitação temporal das diferentes gerações que habitaram o Palácio, constatação dos principais momentos de alteração do acervo nos seus interiores, estudo das fontes e do próprio acervo e aproximação ao mercado de antiguidades com vista à incorporação de objetos originais. Seguidamente descrevem-se os passos de remodelação, ainda em curso, da exposição permanente. Critérios importantes neste trabalho foram o equilíbrio entre a exposição do acervo e a perceção do edifício pelos visitantes, a autenticidade relacionada com a vivência doméstica das diferentes gerações e a evocação dos mais importantes personagens através de objetos pessoais e de coleções de arte.

**PALAVRAS-CHAVE**

Palácio Nacional da Pena, D. Fernando II, interiores arquitetónicos históricos, Sintra

**THE NATIONAL PALACE OF PENA UNDER PARQUES DE SINTRA - MONTE DA LUA, S.A.: MUSEOLOGICAL RECOVERY OF THE ROMANTIC DOMESTIC INTERIORS**

The article is about the reconception work of National Palace of Pena's permanent exhibition in a historically informed perspective which has been going on since 2010. The strategy for this reconception is described, listing the method phases for the new approach: temporal delimitation of the different generations that inhabited the palace, main moments of the collection's alteration in its interiors, study of the sources and the collection itself and approximation to the antique market with a view to incorporating original objects. The following describes the ongoing remodeling steps of the permanent exhibition. Important criteria in this work were the balance between the exhibition of the collection and the public's perception of the building, the authenticity related to the domestic experience of different generations and the evocation of the most important characters through their personal objects and art collections.

**KEYWORDS**

National Palace of Pena, King Fernando II of Portugal, architectural historical interiors, Sintra

O Palácio Nacional da Pena teve um ano decisivo em 2007: nesta data a sua gestão foi transferida de um organismo público – na altura o IGESPAR – para a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. (PSML). Esta empresa de capitais exclusivamente públicos tinha sido criada em 2000 para assumir a gestão de grande parte do património do Estado Português que se encontrava na área designada em 1995 pela UNESCO como *Paisagem Cultural – Património Mundial da Humanidade*. Neste último ano do século XX passou a haver uma gestão conjunta dos Parques da Pena e de Monserrate, do Castelo dos Mouros e do Convento dos Capuchos. O Palácio Nacional da Pena ficaria ainda mais sete anos fora desta gestão. Mas em 2007 foi incorporado no conjunto de bens patrimoniais geridos pela PSML, como resultado de uma negociação da iniciativa do então seu Presidente do Conselho de Administração, professor António Lamas. Esta mudança de gestão permitiu juntar Parque e Palácio, que se encontravam sob tutelas diferentes desde o fim da monarquia<sup>1</sup>. Neste ano de 2007, quase um século após a implantação da República em 1910, a Pena, a grande obra do rei-consorte D. Fernando II de Saxe-Coburgo e Gotha (1816-1885), voltava a ser gerido por uma só entidade de modo indivisível, como na realidade tinha sido concebido.

No ano anterior, em 2006, tinha-se dado início a um restauro profundo no Parque da Pena com base na documentação histórica que informava acerca da configuração do Parque como determinada pelo rei D. Fernando II, pelo barão de Eschwege e também pela segunda mulher do monarca, a condessa d'Edla. Mas só a partir de 2010 é que semelhante trabalho de restauro e reconstituição histórica com base em investigação de fontes fidedignas se implementou no edifício, mais concretamente nos interiores musealizados e abertos ao público. O objetivo era o de reorganizar o acervo existente de acordo com critérios de autenticidade, de modo a que os espaços musealizados

fossem testemunho o mais autêntico possível do período de habitação do Palácio da Pena enquanto residência da família real portuguesa e simultaneamente da cultura doméstica romântica em Portugal. Mas os diversos momentos de alienação e de realocação interna de acervo original do período de habitação do Palácio, assim como a incorporação de acervo estranho a este período já depois da monarquia e até 2010, tiveram como resultado uma organização dos interiores históricos do Palácio que pouco ou nada correspondiam à autenticidade desejada. Inclusivamente a denominação dos compartimentos do Palácio, musealizados como residência, tinha sofrido alterações por vezes pouco criteriosas e fantasiosas, de modo que já não era possível identificar a função original destes compartimentos – para não mencionar o facto óbvio de que, mesmo durante a monarquia, os diversos espaços foram sendo utilizados de forma diversa entre a década de 1840 e 1910. De alguns compartimentos nem se sabia qual tinha sido a função ao tempo do edificador da Pena, D. Fernando II. Também aqui havia que esclarecer a evolução da organização doméstica e função dos diversos compartimentos ao longo da monarquia.



**Fig. 1**  
Vista aérea do Parque e Palácio Nacional da Pena.  
© PSML, Luís Pavão, 1998

## A ESTRATÉGIA DE REMODELAÇÃO MUSEOLÓGICA DO PALÁCIO NACIONAL DA PENA DESDE 2010 – O MÉTODO

Deste modo, o método utilizado para preparar uma nova abordagem museológica de todos os interiores abertos ao público com o respetivo acervo consistiu nos seguintes passos:

1. Delimitação temporal das diferentes gerações e seus protagonistas que habitaram o palácio: constatação dos principais momentos de mudança do acervo;
2. Constatação dos principais momentos de alteração do acervo e de mudança da denominação dos compartimentos eventualmente pouco criteriosa, durante o período da República, em que o palácio funcionou como Museu aberto ao público até ao início deste trabalho (1911-2010);
3. Estudo das fontes (inventários, fotografias antigas, descrições de visitantes, documentação referente à alteração do acervo);
4. Estudo do acervo, de modo a constatar que objetos ainda se conservavam desde o período da monarquia;
5. Aproximação ao mercado de antiguidades, assim como aos descendentes da condessa d'Edla, no sentido de identificar e tentar reaver objetos do Palácio da Pena (e do *Chalet* da Condessa d'Edla, que entretanto passou a ser um polo museológico do palácio), que se encontrassem em mãos destes particulares.

Para se perceber a dimensão deste trabalho, é necessário ter em conta as sucessivas alterações pelas quais os espaços de habitação do palácio sofreram, não só desde a sua abertura ao público logo em 1911 como palácio-museu, mas também ainda durante o período da monarquia com as mudanças de gerações de habitantes e as respetivas divisões de heranças.

## ÉPOCAS PERTINENTES PARA A REFORMULAÇÃO MUSEOLÓGICA

O Palácio da Pena é um testemunho histórico-artístico da vivência doméstica romântica e tardo-romântica da família

real portuguesa. É, portanto, o seu período de habitação que define os momentos históricos determinantes na sua musealização – até porque foi como residência real que o monumento foi mostrado assim que abriu ao público em 1911. As circunstâncias históricas ditam a divisão do período de habitação do palácio em duas gerações: a primeira, a do rei D. Fernando II; e a segunda, a do neto, rei D. Carlos com a rainha-consorte D. Amélia. Estas duas gerações não absolutamente homogêneas, podendo dividir-se nos seguintes períodos:

### 1. Primeira geração (1838-1890)

- a. Compra do antigo mosteiro e período da construção do Palácio da Pena por D. Fernando II, enquanto rei-consorte de facto, durante o seu casamento com a rainha D. Maria II (1838-1853);
- b. Período de viuvez do rei-consorte até ao início da relação com Elise Hensler (1853- ca. 1861);
- c. Período da relação com Elise Hensler, que a partir de 1869 teve a forma de casamento morganático (altura em que a segunda mulher de D. Fernando foi tornada condessa d'Edla), até à morte do rei (ca. 1861-1885);
- d. Período de viuvez da Condessa d'Edla até à venda do Palácio ao Estado (1885-1890).

Neste período, apesar de longo e repleto de mudanças na família real, o elemento principal foi o rei D. Fernando II (1816-1885). Primeiro com a rainha D. Maria II (1819-1853), depois sozinho e mais tarde com a condessa d'Edla (1836-1929), o rei deixou no Palácio da Pena (e no Parque) sobretudo a sua visão. Não se conhece o papel exato de cada uma das esposas na conceção da Pena. A condessa teve certamente um papel importante na fase final – que ainda é de cerca de 24 anos! – do período criativo de D. Fernando, em particular com o desenho do *Chalet*, a configuração da parte ocidental do parque da Pena e a última campanha decorativa dos interiores do palácio<sup>2</sup>. Aparentemente a condessa não terá realizado grandes intervenções no período entre a morte de D. Fernando e a sua saída definitiva do palácio, cinco anos depois. Do mesmo modo ainda não está inteiramente clarificado a importância do papel do projetista inicial da Pena, parque e palácio, Barão de Eschwege (1777-1855), embora tendencialmente creiamos que tenha sido muito mais determinante do que considerado até agora<sup>3</sup>.

## 2. Segunda geração (1890-1910)

a. Aquisição do Palácio pelo Estado para a Coroa e período da vivência da família real, até ao assassinato de D. Carlos e de D. Luís Filipe (1890-1908);

b. Reinado de D. Manuel II (1908-1910).

Também nesta segunda e última geração o ano de 1908 não representa uma cisão radical entre os dois subperíodos, por dois motivos (que acabam por ser um único): em primeiro lugar, D. Amélia mesmo viúva permaneceu a “dona da casa”, uma vez que D. Manuel só viria a casar já no exílio, em 1913; em segundo lugar, o palácio foi habitado sobretudo por D. Amélia, que inclusivamente permaneceu nos seus aposentos reais (o mesmo aconteceu com D. Manuel, que manteve os seus aposentos de infante), dando continuidade à ocupação vivencial anterior. A mais significativa alteração ocorreu nos aposentos de D. Carlos I, após o assassinato do monarca, situação que mencionarei mais à frente.

## MOMENTOS DE ALTERAÇÃO OU DISPERSÃO DO ACERVO

Como qualquer residência em permanente ou regular utilização, o Palácio da Pena não permaneceu imutável nas cerca de sete décadas em que foi habitado. Os seus proprietários ou habitantes procediam a alterações na disposição de mobiliário e peças decorativas conforme as necessidades ou alterações de gosto. Independentemente disto, podem-se isolar alguns momentos de alteração radical e de dispersão do seu acervo, cujo conhecimento é essencial para a perceção da sua evolução e identificação dos diferentes estados originais do palácio durante o período da monarquia. É igualmente essencial para qualquer iniciativa de localização e identificação de peças de acervo, com vista a uma possível recuperação para o contexto museológico dos seus interiores.

O primeiro momento de dispersão do acervo do Palácio da Pena deveu-se à morte do seu primeiro proprietário, o rei D. Fernando II, em 1885, e a consequente divisão da herança. Embora a condessa d’Edla fosse a herdeira universal do marido, não teria condições financeiras para manter parque e palácio, assim como as diversas tapadas e propriedades, que incluíam o Castelo do Mouros<sup>4</sup>. Havia ainda que considerar a parte que por lei cabia aos filhos vivos do monarca e aos órfãos da sua

filha, a falecida princesa D. Maria Ana. Após a execução do inventário orfanológico do rei em 1886-1887 para constatação dos seus bens e do que cabia a cada herdeiro<sup>5</sup>, a condessa pôde negociar com o Estado a cedência da Pena e outras propriedades, processo que durou de 1889 a 1890. Elise Hensler decidiu excluir desta cedência alguns objetos e peças de mobiliário, que levou consigo quando em 1890 abandonou definitivamente o palácio<sup>6</sup>. Com esta mudança, deu-se a primeira grande dispersão de acervo original. A cama de casal do quarto principal, por exemplo, saiu nesta ocasião, não se conhecendo até hoje o seu paradeiro. Ainda na sequência da morte de D. Fernando, devem mencionar-se os três leilões de 1892 e 1893<sup>7</sup>, em que foram sobretudo vendidas diversas pinturas que tinham sido adquiridas para a Pena, entre as quais os famosos *Cinco artistas em Sintra* de Cristino da Silva e *Só Deus!* de Francisco Metrass.

Um outro momento de dispersão do acervo deu-se com a retirada da condessa do *Chalet*, de cujo usufruto teve até 1904 e que, após esta data, continuou a frequentar com a permissão da rainha D. Amélia<sup>8</sup>. Temos indicações de que a Elise Hensler passou uma temporada no *Chalet* durante o verão de 1909, mas não sabemos se o voltou a fazer no último verão da monarquia<sup>9</sup>. Sabemos também através de testemunhos familiares, que pelo menos parte do recheio do *Chalet* veio para a sua quinta da Parede<sup>10</sup>, que tinha mandado construir em 1901<sup>11</sup>. Ainda não se conseguiu apurar a data em que a condessa retirou parte do (ou eventualmente todo) recheio do *Chalet* para esta sua quinta antes da revolução republicana, altura em que todos os palácios e parques reais foram alienados da sua função de residência. Por sua morte em 1929 foi realizado um grande leilão na sua casa em Santa Marta, em Lisboa, tendo sido vendidos muitos dos objetos originários dos Palácios das Necessidades e da Pena, que lhe tinham cabido em herança ou que eram propriedade sua. Os bens que não encontraram comprador, foram divididos entre os descendentes da condessa, nomeadamente a filha Alice Hensler (1856-1941) e os netos Alda Hensler Campos de Andrada (1884-1980), Mário de Azevedo Gomes (1885-1965) e Isabel de Azevedo Gomes (1889-1970)<sup>12</sup>. Neste leilão por morte da condessa não se publicou qualquer catálogo, tendo-se realizado apenas uma lista manuscrita dos objetos, na qual foram anotados os respetivos compradores<sup>13</sup>.

Os momentos de dispersão do acervo do Palácio da Pena relacionados com a segunda geração são menos conhecidos. Tudo indica que o recheio que permaneceu

no Palácio da Pena em 1890 após a saída da condessa tenha sido mantido por D. Carlos e por D. Amélia, embora por vezes mudando de compartimento. Um momento de dispersão ocorreu em 1908, como consequência do regicídio. Os inventários de 1907 (em notas a lápis acrescentadas ao texto original) e de novembro de 1910 registaram as alterações: o quarto de D. Carlos foi desmantelado e transformado em sala de despacho, para uso do seu filho D. Manuel II. Este passou a utilizar este compartimento e o gabinete adjacente do pai para atos oficiais, enquanto mantinha os seus aposentos privados no torreão. De resto, o recheio não parece ter sido grandemente alterado.

Um outro momento de dispersão do acervo do Palácio da Pena referente à segunda geração deu-se já no período da República. Este período está ainda por estudar e não se conhecem bem as alterações aqui efetuadas, inclusive as devoluções dos objetos pessoais da família real a D. Manuel II e a D. Amélia no exílio. No caso da última rainha de Portugal, a questão é bastante pertinente, pois sabemos que D. Amélia habitou o Palácio da Pena com bastante frequência após o regicídio, o que torna provável ter tido aqui inúmeros objetos pessoais. Quando daqui saiu precipitadamente a 5 de outubro de 1910, sem saber que iria para o exílio, pouco pode levar consigo<sup>14</sup>.

Alguns objetos pessoais deverão ter sido devolvidos a D. Amélia e a D. Manuel, como a lei previa, em que se distinguia entre propriedade da Coroa (ou seja, do Estado) e a propriedade privada dos membros da família real enquanto duques de Bragança. Mas o arrolamento de 1910 que se guarda na Torre do Tombo é omissivo, não assinalando em separado os bens pessoais da família real e os da coroa – ao contrário do arrolamento do Palácio das Necessidades, por exemplo. Não se consegue identificar o que foi enviado o que foi ou deveria ter sido assinalado para enviar para o exílio. Este processo ainda está por esclarecer no que toca ao Palácio da Pena.

Mas um dos momentos mais fraturantes foi o do “arranjo” dos palácios nacionais sob a supervisão de Raul Lino, a partir de outubro de 1938, na preparação da Exposição do Mundo Português. No caso particular da Pena, Raul Lino teve menos

preocupação com os últimos testemunhos da passagem da família real pelo palácio, optando por uma estratégia de reorganização estilística dos interiores de acordo com a época do edifício.<sup>15</sup> Compartimentos como a Sala de Fumo e a Sala de Entrada no Palácio Novo, que se mantinha intacta com o mobiliário da Casa Barbosa e Costa de 1867, foram desmantelados. A Sala de Fumo recebeu em 1940 um mobiliário anglo-indiano, de um género que D. Fernando não tinha na Pena, mas que nas décadas seguintes foi apresentado como típico de um suposto ecletismo fernandino orientalizante. Também espaços como o Gabinete da Rainha D. Amélia foram bastante descaracterizados. A coleção de pratos de hispano-muçulmanos de D. Fernando, exposta nas galerias do claustro, assim como outros objetos dos séculos XVII e XVIII, foram transferidos para o Palácio Nacional de Sintra<sup>16</sup>. Esta reorganização de objetos por datas e períodos estilísticos foi particularmente danosa para o Palácio da Pena, uma vez que o gosto fernandino baseava-se na coexistência de objetos de todos os períodos. Já no final do século XX foram colocados em depósito noutros palácios nacionais objetos da coleção de D. Fernando, como o contador do século XVII (PNP 3110), que se encontrava na Sala de Visitas (denominada Sala Árabe) em complemento ao mobiliário revivalista que D. Fernando encomendara para este compartimento.



**Fig. 2**  
“Sala Indiana” (historicamente Sala de Fumo)  
com mobiliário anglo-indiano  
© PSML, Luís Pavão, 1998

A descaracterização do acervo deu-se não só através dos objetos que saíram, mas também através de incorporações, sobretudo transferências e aquisições, de objetos que não eram originários do Palácio. Se nas décadas de 1930, 1940 e 1950 foram transferidas para a Pena peças de mobiliário originárias e decorativas do Palácio das Necessidades que pelo menos tinham pertencido a D. Fernando e a D. Carlos, outras vieram por exemplo do Palácio da Ajuda sem qualquer relação com a história da Pena<sup>17</sup>. Já no final do século XX, sob a direção de José Manuel Martins Carneiro entre os anos de 1983 e 2010 somaram-se algumas aquisições a leiloeiras, depósitos dos Museus Nacionais de Arte Antiga e Arte Contemporânea (sobretudo pintura), e Palácio Nacional da Ajuda, para arranjo das salas do Palácio da Pena, mas sem qualquer ligação ao seu passado e vivência. O tema da configuração dos compartimentos era um desafio lançado aos visitantes para ver os interiores do palácio, como se a família real se tivesse acabado de ausentar apenas por uns breves instantes. Se por um lado o palácio teve nestas décadas um arranjo cenográfico aliciante e

estimulador de um certo voyeurismo, a preocupação com a autenticidade histórica por parte dos responsáveis era diminuta. Acresce o facto de tanto mobiliário como objetos artísticos e decorativos terem mudado frequentemente de compartimento nestas décadas de 1980, 1990 e 2000, numa constante reinvenção de ambientes “à época”, mas sem necessariamente uma correspondência com o estado dos interiores palacianos no período da monarquia.

## A REMODELAÇÃO MUSEOLÓGICA DOS INTERIORES DESDE 2010

Quando em 2010 iniciei funções como diretor do Palácio Nacional da Pena foi-me dada pela PSML como tarefa principal o estudo do Palácio e do acervo histórico, com o objetivo de reorganizar as coleções de acordo com a autenticidade da vivência primeiramente de D. Fernando II e da condessa d’Edla, mas também de D. Carlos e de D. Amélia<sup>18</sup>. A partir do conhecimento da história do

Palácio, foram introduzidas uma série de alterações à museologia praticada desde 1983. Privilegiou-se um diálogo mais equilibrado entre o mobiliário e outros objetos com a arquitetura e as artes decorativas dos espaços musealizados, partindo do princípio que a peça mais importante é o próprio Palácio enquanto artefacto histórico e artístico. Também se quis dar mais realce à época de D. Fernando, recuperando igualmente a memória da condessa d’Edla, que foi a senhora da casa entre o início da década de 1860 e 1890 – embora o casamento com D. Fernando só tivesse acontecido em 1869, já muito antes disso Elisa Hensler teve um papel ativo na configuração dos interiores do Palácio paralelamente à sua ação no Parque da Pena.

Para tal, foi necessário avaliar todos os objetos do acervo, a sua proveniência e localização, sobretudo entre 1838 e 1910. Como alguns dos compartimentos em exposição do palácio mudaram frequentemente de denominação, foi essencial listar essas designações ao longo dos tempos e até 2010, num ficheiro eletrónico de texto. Esta recolha e sistematização foi realizada a partir dos inventários conhecidos,



**Fig. 3**  
Contador PNP 1139, século XIX, originalmente no Gabinete de D. Fernando II, Palácio das Necessidades  
© PSML, EMIGUS, 2013

nomeadamente os que se guardam no Palácio da Pena de 1897, 1907 (este dois reunidos num único volume, PNP678), 1910 (PNP382) e 1938 (PNP1408)<sup>19</sup>. Também se utilizou o inventário orfanológico de D. Fernando II, disponibilizado em 2011 após recolha no Tribunal da Boa Hora em Lisboa, entrega na Torre do Tombo e digitalização por iniciativa da PSML<sup>20</sup>. O último documento a ser considerado até agora foi a fatura de encomenda de mobiliário à Casa Barbosa e Costa em 1866, em que diversos compartimentos do palácio são mencionados<sup>21</sup>.

Esclarecida a evolução das designações de compartimentos do Palácio da Pena desde a sua construção até ao início do século XXI, foi possível optar pelas designações históricas corretas desses mesmo compartimentos, de acordo com a geração que o habitou

que se pretendeu musealizar. A decisão do anterior diretor do palácio, Dr. Martins Carneiro, de dedicar o Palácio Velho à segunda geração e o Palácio Novo<sup>22</sup> ao tempo de D. Fernando foi mantida de grosso modo, por se considerar ser a mais adequada à estratigrafia histórica do Palácio da Pena. No entanto, esta correspondência entre os períodos musealizados e os dois corpos do edifício foi alterada nas situações que se consideraram pertinentes. Neste momento, a passagem da segunda para a primeira geração (considerando o percurso normal dos visitantes) ocorre do Gabinete da Rainha para a Sala de Visitas (a que na década de 1980 se atribuiu a designação de Sala Árabe), ainda antes de se chegar ao Palácio Novo. Isto permitiu não só a reconstituição da Sala de Visitas fernandina, cujo mobiliário se mantém praticamente todo, como também dedicar as Salas de Passagem (que correspondem aos antigos aposentos do

Piso 4

Projecto original <sup>21</sup>	Recibos de Gaspar, Armador e Estofador, 1866	Inventário orfanológico de D. Fernando II	Inventário de 1897	Plantas de 1901 3º pavimento (andar nobre)	Inventário de 1907 3º Pavimento	Inventário de 1910 3º Pavimento	Inventário de 1938	Inventário de 1938-1939	Inventário de 1941	Décadas de 1960, 1990 e 2000 até 2015	2015
		Galeria nobre	Claustro Galeria Superior	Galeria superior do claustro (9)	Galeria superior do claustro (9)	Galeria Superior do Claustro (9)	Galeria superior do Claustro	Galeria Superior do Claustro	Galeria Superior do Claustro	Claustros	Galeria Superior do Claustro
	Sem menção	Sem menção	Sem menção	Escada para os aposentos de S. M. El-Rei (10)	Escada para os aposentos de S. M. El-Rei (10)	Sem menção	Sem menção	Sem menção	Sem menção	Sem menção	
		Capella	Capella	Capella (18)	Capella (18)	Capella (18)	Capella	Capella	Capella	Coro	Capella-mor e Coro dos Monges
		Sacristia	Sacristia	Sacristia (10)	Sacristia (10)	Sacristia (10)	Sacristia	Sacristia	Sacristia	Sacristia	Sacristia
		(continuação da Capella)	Capella	Capella (18)	(continuação da Capella)	(continuação da Capella)	Capella	Capella	Capella	Capella	Nave da Capella
		Sem menção	Sem menção	W.C. e escada para os terraços do claustro	Retrete da Dama (14)	W.C. (14)	W.C. da Capella	Sem menção	Sem menção	Entrada e W.C. da Torre do Relógio	Entrada da Torre do Relógio e W.C. do Veador
	Quarto de Lavar da Snr <sup>a</sup>	Casa do banho	Sem menção	Casa de banho do veador (13)	Casa de banho do Veador (13)	Casa de banho (13)	Casa de banho do viador	Sem menção	Sem menção	Casa de banho/ W.C. do Veador	Casa de Banho do Veador
	Quarto nº 1 ou Garde-Robes / Toilette da Snr <sup>a</sup>	Toilette da Senhora Condessa	Quarto do Veador	Quarto do Veador (12)	Quarto do Veador (12)	Quarto (12)	Quarto do viador da Rainha	Quarto do viador de serviço	Antigo quarto do viador de serviço	Primeiro quarto das damas/ Quarto do Veador da Rainha	Quarto do Veador
	Quarto nº 2 Toucador	Sala imediata ao toilette da Senhora Condessa	Quarto das Damas	Quarto da dama (11)	Quarto da Dama (11)	Quarto (11)	Quarto da Rainha	Quarto da dama de serviço	Antigo quarto da dama de serviço	Segundo quarto das damas/ Quarto das Damas	Quarto da Dama de Companhia
	Quarto nº 3 Camara / Camara de Sua Magestade	Quarto principal de cama	Quarto de S.M. a Rainha	(Aposentos de S.M. a Rainha) Quarto (1)	Quarto de S. M. a Rainha (1)	Quarto principal (1)	Quarto da Rainha Senhora D. Amélia	Quarto principal ou da Rainha D. Amélia	Antigos aposentos de D. Amélia / Quarto de dormir (antigo quarto de D. Fernando)	Quarto (de dormir) da Rainha	Quarto da Rainha D. Amélia
	Sem menção	Quarto de vestir c' El-Rei	(continuação do Quarto de S.M. a Rainha)	Lavatório e casa de banho (2)	Lavatório e casa de banho (2)	Lavatório (2)	Lavatório da Rainha Senhora D. Amélia	Lavatório da Rainha D. Amélia	Lavatório	Toilette da Rainha	Casa de Banho da Rainha D. Amélia

<sup>21</sup> Não se conhecem plantas deste piso referentes ao Palácio Velho (antigo Mosteiro), que indiquem a designação das salas.

Fig. 4

Excerto do ficheiro Denominação de Compartimentos, Servidor PSML, pasta PNP



abade do convento, portanto ao antigo mosteiro ou Palácio Velho) à exposição de obras de arte de D. Fernando e de artistas por ele apoiados. Permitirá igualmente evocar o rei e a condessa nas suas vertentes criativas no original Atelier da Senhora Condessa. Já no Torreão regressa-se à segunda geração, mais concretamente na sua fase final, em que os aposentos fazem referência a D. Manuel II sobretudo enquanto rei e não tanto ao seu período de vida como infante.

## OPÇÕES DE EXPOSIÇÃO DOS OBJETOS DO ACERVO

Em relação às opções de exposição do acervo, a grande dificuldade em corresponder à autenticidade pretendida para o palácio enquanto testemunho de uma habitação romântica de membros da família real portuguesa, prendia-se com o acervo. Este, como já se viu anteriormente, já só muito parcialmente correspondia ao recheio das décadas de 1838-1910. A investigação sobre este recheio original, que ainda hoje decorre, levou-nos a concluir que uma parte significativa não é recuperável – seja porque não se consegue identificar nos inventários mais lacónicos, seja porque sabemos estar desaparecida. A estratégia de reconfiguração dos interiores históricos em exposição no Palácio da Pena obedeceu a quatro objetivos:

1. Expor unicamente objetos com significado histórico-artístico relativo às gerações da família real que habitaram o Palácio da Pena. Deste modo, foram retiradas das salas do percurso museológico todos os adereços decorativos que não se incluíam nesta categoria. Pretendeu-se, no entanto, não se perder a narrativa da vivência privada, simultaneamente íntima e de conforto, que tanto caracteriza o século XIX em geral e o Palácio da Pena em particular.
2. Permitir a legibilidade da arquitetura do Palácio da Pena. Os interiores foram aligeirados na densidade de objetos expostos, para obter um melhor equilíbrio entre a arquitetura e artes decorativas por um lado, mobiliário e objetos decorativos por outro.



**Fig. 5**  
Armário em madeira e faiança PNP 3259, século XIX, originalmente no piso da condessa d'Edla, Palácio das Necessidades @ PSML, Wilson Pereira, 2015



**Fig. 6**  
Sacrifício de Isaac, século XVIII, Simon Troger @ PSML, EMIGUS, 2013

3. Corresponder ao critério da autenticidade histórica do local. Colocaram-se os objetos originais nas respetivas salas de acordo com a época a musealizar. Substituíram-se os objetos em falta, devido à já mencionada dispersão do acervo original, por outros similares do acervo atual, que concorram para a coerência da apresentação dos espaços de acordo com a história e vivência do Palácio.

4. Corresponder ao critério da autenticidade histórica dos seus habitantes: expuseram-se objetos que, mesmo nunca tendo pertencido ao Palácio da Pena ao tempo da monarquia, são importantes em relação às épocas musealizadas e aos habitantes do Palácio. Como exemplo, podemos apresentar um armário que se encontrava no piso da condessa no Palácio das Necessidades, recentemente adquirido a seus descendentes pela PSML e hoje exposto na Sala do Telefone. Igualmente objetos artísticos e decorativos do acervo do Palácio da Pena que, segundo fotografias históricas, se encontravam no quarto de dormir de D. Carlos no Palácio da Necessidades, foram colocadas no Quarto de Dormir do rei neste palácio, onde realmente nunca estiveram em tempo de vida do monarca, mas que correspondem às suas opções para um compartimento com esta mesma função.

O trabalho referente a estas opções, assim como a investigação que o legitima, está ainda a decorrer. Se compartimentos como o Salão Nobre (na realidade, Sala do Bilhar), o Gabinete e o Quarto de Dormir da Rainha D. Amélia (utilizado inicialmente

como tal por D. Fernando e a condessa), Sala de Visitas de D. Fernando, Copa e Sala de Jantar, assim como as Salas de Passagem já foram reestruturadas, muitos compartimentos ainda aguardam este processo. Por norma, esta redefinição dos interiores acontece num processo que envolva a montante o restauro do património integrado, em articulação com a Direção Técnica do Património Construído da PSML, assim



**Fig. 7**  
Salão Nobre  
© PSML, EMIGUS, 2014

**Fig. 8**  
Gabinete da Rainha D. Amélia  
@ PSML, Wilson Pereira, 2016

como o restauro dos objetos do acervo escolhido. Se por um lado estas intervenções de restauro são absolutamente imprescindíveis, por outro a sua remodelação demora mais tempo. Estamos, contudo, conscientes de que este é o caminho certo. Atualmente aguardam finalização os aposentos de D. Carlos I: Gabinete, Quarto de Dormir, Casa de Banho e W.C. Também a Sala de Fumo (erroneamente denominada de Sala Indiana) está neste processo. Brevemente seguir-se-ão os aposentos de D. Manuel II, Escritório e Quarto de Dormir, a que se juntarão duas salas de exposição de peças associadas às duas gerações que habitaram o palácio. Para um futuro próximo fica a intervenção nas Salas de Passagem, Átrio da Sacristia e de quase todos os compartimentos do Piso Nobre do Palácio Velho. Quando este trabalho estiver terminado, teremos um Palácio da Pena com um acervo equilibrado com a sua caixa arquitetónica, testemunho autêntico da passagem de duas gerações da família real portuguesa, com a primazia do seu construtor, o rei-consorte de Portugal D. Fernando II.

## NOTAS

<sup>1</sup> Com a implantação da República o Palácio Nacional da Pena ficou sob a tutela da Direção Geral do Património do Estado, Ministério das Finanças. Em 1981 o Palácio foi transferido com os restantes Palácios Nacionais para o IPPC, Instituto Português do Património Cultural, criado no ano anterior. Em 1992 o IPPC dava lugar ao IPPAR, Instituto Português do Património Arquitetónico, para onde transitou também o Palácio Nacional da Pena. Em 2006 a extinção do IPPAR levou a que os Palácios Nacionais transitassem para o IGESPAR, I.P., Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. (que resultou da fusão do IPPAR com o IPA, Instituto Português de Arqueologia). Em 2007 o Palácio Nacional da Pena separava-se dos restantes Palácios Nacionais: enquanto aquele era colocado sob a tutela da PSML, os restantes Palácios Nacionais davam entrada no recém-criado IMC, Instituto dos Museus e Conservação. Aqui permaneceriam até 2011, altura em que o IMC é por sua vez extinto e, conjuntamente com a famosa DGEMN, também extinta neste ano, dava origem à DGPC, Direção Geral do Património Cultural, organismo que ainda hoje (2017) permanece. Em setembro de 2012 os Palácios Nacionais de Sintra e de Queluz transitaram para a PSML, juntamente com a Escola Portuguesa de Arte Equestre, sediada nos jardins do Palácio Nacional de Queluz. Quanto ao Parque da Pena, este foi colocado sob tutela da Direção Nacional dos Serviços Florestais após 1910. Passou com a República para as Matas Nacionais, mais tarde Serviços Florestais. Em 1994 o Parque transitou para o Ministério do Ambiente e Recursos Naturais - Instituto de Conservação da Natureza. Em 2000 foi entregue à PSML. Com a inclusão igualmente do Palácio Nacional da Pena na tutela da PSML em 2007, Parque e Palácio ficaram finalmente reunidos nesta data.

<sup>2</sup> SCHEDEL, Mariana Pimentel Frago - *Palácio da Pena 1839-1885*. p. 128-131.

<sup>3</sup> Esta tem sido também a opinião da historiadora Marta Oliveira Sonius, que se encontra a ultimar uma tese de doutoramento sobre o Barão de Eschwege na Universidade Livre de Berlim, a quem agradeço uma constante troca de ideias sobre estas questões.

<sup>4</sup> RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Os Criadores da Pena*. p. 104-105.

<sup>5</sup> MUCHAGATO, Jorge - *O Palácio e Parque da Pena. Volume II: O Palácio da Pena*. p. 55-65 e 77-130.

<sup>6</sup> O documento manuscrito "Relação de tudo o que a Exma. Sra. Condessa d'Edla escolheu no Real Castelo da Pena incluindo a prata do do Chalet", datado de 12 de junho de 1890, foi doado à PSML por um dos bisnetos da condessa, o Sr. Eng. João Paulo Azevedo Gomes, guardando-se no Fundo Documental do Palácio Nacional da Pena (Inv. N.º CE36).

<sup>7</sup> *Catálogo dos Bens Mobiliários Existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando*. Lisboa, Typographia Belenense, 1892, *Catálogo dos Quadros Existentes no Real Palácio das Necessidades pertencentes à herança de sua Magestade El-Rei o Sr. D. Fernando e que não de ser vendidos em leilão*. (Lisboa), Typ. E Lith. a Vapor da Papelaria Progresso, 1892 e *Catálogo dos livros existentes no Palácio das Necessidades pertencentes à herança de sua Magestade el-rei o Sr. D. Fernando e que não de ser vendidos em leilão*. Lisboa: Typ. de Costa Sanches, 1893.

<sup>8</sup> RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Os Criadores da Pena*. p. 109.

<sup>9</sup> Esta informação foi-me veiculada por Margarida de Magalhães Ramalho.

<sup>10</sup> Este recheio originário do *Chalet* encontra-se em parte na posse do um dos ramos dos descendentes da condessa d'Edla, tendo algum já sido adquirido pela PSML para o *Chalet*. No entanto, não se conhece o paradeiro da maioria destes objetos, como é o caso da mobília da Sala de Jantar, fotografada por Carlos Relvas nas décadas de 1860/1870.

<sup>11</sup> O autor do projeto foi o arquiteto italiano Nicola Bigaglia; PEREDA, Ignacio García - *Mário de Azevedo Gomes 1885-1965*. p. 17. A casa da quinta foi demolida em 2000. O edifício que hoje se ergue no mesmo local nada tem a ver com o original, para além de uma vaga semelhança volumétrica.

<sup>12</sup> PEREDA, Ignacio García - *Mário de Azevedo Gomes 1885-1965*. p. 15.

<sup>13</sup> Não foi realizado um catálogo deste leilão, mas a lista dos objetos para leiloar e algumas licitações foram registados num documento manuscrito, que hoje se conserva no Fundo Documental do Palácio da Pena (CE45). Este documento foi adquirido pela PSML às descendentes de Ana Maria Chambica de Azevedo Baeta Neves, bisneta da condessa d'Edla.

<sup>14</sup> DURÃES, Margarida - *A rainha mal-amada. Amélia de Orleães*. p. 210-225.

<sup>15</sup> As circunstâncias da atuação de Raul Lino no Palácio da Pena no contexto do "arranjo" dos Palácios Nacionais para a preparação da Exposição do Mundo Português em 1940 forma analisadas por mim em PEREIRA, António Nunes - *O romantismo revisitado*. Há, contudo, ainda muito por descobrir sobre este tema específico, assim como sobre as décadas que permearam a abertura do

Palácio da Pena ao público em 1911 e 1940 e sobre as décadas seguintes.

<sup>16</sup> Documento escrito à mão, assinado por Raul Lino e datado de 26 de novembro de 1939, Fundo Documental do Palácio Nacional da Pena.

<sup>17</sup> Inclui-se neste caso o conjunto de Saxe (Meissen) de (PNP1860), que fazia parte de um conjunto maior, exposto na Sala de Saxe do Palácio da Ajuda. Todo este processo se encontra no Fundo Documental do Palácio Nacional da Pena com a designação de "Movimentação de Objetos".

<sup>18</sup> Este trabalho de reformulação museológica nunca teria sido possível sem o profundo empenho e enorme competência dos conservadores do Palácio Nacional da Pena que fizeram ou fazem parte da minha equipa, Bruno A. Martinho de 2010 a 2014, e Hugo Xavier desde 2014. A administração da Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A. tem sido o grande impulsionador e apoiante deste trabalho.

<sup>19</sup> Fundo Documental do Palácio Nacional da Pena.

<sup>20</sup> Ver nota 6.

<sup>21</sup> Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Vila Viçosa, Núcleo D. Fernando, Livro de Contas Pagas com Recibos Separados, Maço 403, 1866. "Gaspar. Armador e Estofador. Sucessores Barbosa & Costa. Praça do Loreto, n.º 2 a 5. Lisboa, 9 de maio de 1866. Gostaria de expressar aqui mais uma vez o meu agradecimento à Fundação da Casa de Bragança e em especial à diretora do Paço Ducal e Arquivo Histórico, Dra. Maria de Jesus Monge, pelo generoso e contínuo apoio que têm dado à PSML no acesso à documentação que se guarda no seu Arquivo Histórico.

<sup>22</sup> O Palácio Velho corresponde ao antigo Mosteiro de Santa Maria da Pena, edificado por ordem de D. Manuel I a partir de 1503, adquirido por D. Fernando II em 1838 e adaptado a residência privada do monarca após esta data. Palácio Novo designa a ampliação que o rei manda fazer ao antigo mosteiro a partir da década de 1840, tratando-se assim de edificações de raiz do século XIX.

## BIBLIOGRAFIA

DURÃES, Margarida - *A rainha mal-amada. Amélia de Orleães*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2012.

MUCHAGATO, Jorge - *O Palácio e Parque da Pena. Fontes e bibliografia para apoio à investigação histórica*. In O Palácio da Pena. Vol. II. Sintra, Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., 2011.

PEREDA, Ignacio Garcia - *Mário de Azevedo Gomes 1885-1965. Mestre da silvicultura portuguesa*. Lisboa: Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., 2011.

PEREIRA, António Nunes - *O romantismo revisitado: Raul Lino no Palácio da Pena*. In Raul Lino em Sintra. *Atas do II ciclo de conferências*. Sintra: Castelo do Amor, 2014. p. 83-101.

RAMALHO, Margarida de Magalhães - *Os Criadores da Pena. D. Fernando II e a Condessa d'Edla*. 2.ª ed. Sintra: Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A., 2015.

SCHEDEL, Mariana Pimentel Frago - *Palácio da Pena 1839-1885 - Casa de D Fernando de Saxe-Coburgo. Morada e Museu*. Dissertação de Doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2016.